

Diário do Legislativo de 29/04/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 13ª Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Mesa da Assembléia

3.3 - Comissões

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ATA

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 23/4/2003

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Durval Ângelo e Irani Barbosa; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.471; discursos dos Deputados Durval Ângelo e Leonídio Bouças; votação secreta; manutenção - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalcleber Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, acho que tem uma omissão grave na ata e quero seja incluída como registro deste parlamentar. Ontem, dia 22 de abril, encerrou-se a correção do inquérito administrativo realizado na SIRETRAN de Contagem. Como foi matéria de conhecimento de todos e não está contida na ata, quero esclarecê-la aos Deputados.

O Sr. Presidente - Nobre Deputado Durval Ângelo, V. Exa. Deve se ater à discussão da ata.

O Deputado Durval Ângelo - Mas essa matéria deveria constar na ata, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Essa matéria não é questão da ata.

O Deputado Durval Ângelo - Por conhecer o Regimento, quero que essa matéria conste na ata. É liberdade do parlamentar solicitar que determinada matéria conste na ata. Se achar que não deve constar, V. Exa. é quem vai dizer ao final de minha intervenção. Sr. Presidente, a ata tem de retratar a discussão ocorrida em Plenário, por isso o motivo da minha insistência.

Fizemos uma denúncia sobre as irregularidades praticadas pela Delegada Maria Antônia Rocha no DETRAN de Contagem, tais como liberação de veículos com documentos falsos, recibos rasurados e lavados e vendas de licença. Tudo isso mediante o recebimento de propinas que geravam uma caixinha em que outros Delegados de Belo Horizonte tinham participação, assim como despachantes não credenciados que atuavam nessa circunscrição de trânsito.

Tínhamos dito que, caso não houvesse apuração, entraríamos com um pedido para que fosse instalada uma comissão parlamentar de inquérito, e V. Exa. assinou o pedido para essa CPI. Fiquei satisfeito porque a primeira fase da apuração concluiu pelo indiciamento da Delegada Maria Antônia Rocha e pelo seu definitivo afastamento dessa circunscrição de trânsito. Também foram indiciados o servidor administrativo Marcos Antônio Lima e o despachante Robson Luiz Ferreira. Além disso, foram estabelecidas algumas normas de procedimento para mudança no sistema do trânsito de maneira geral.

Então, dou ciência dos fatos a esta Casa porque estamos vendo uma ação de parlamentares que tem efeito prático. Sabemos que também já se iniciou a apuração de denúncias feitas por nós em relação a Belo Horizonte. Esperamos que a postura da Corregedoria seja a mesma. O relatório foi encaminhado a juízo ontem e achamos que está sendo feita justiça. Não podemos ter um serviço público irregular, com tantos problemas, como estávamos tendo no DETRAN de Contagem. Muito obrigado.

Gostaria que essa questão constasse na ata, Sr. Presidente, porque ela tem que ser um retrato fiel de tudo o que é discutido no Plenário.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa - O Deputado que me antecedeu falou sobre o DETRAN de Contagem, e quero dizer que nesta Casa foi protocolado por mim o pedido de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito - salvo engano, com 32 assinaturas - há mais de 60 dias, que não está tendo o devido andamento regimental. Gostaria que V. Exa. as colocasse em andamento neste momento - uma, do lixo, e outra, do DETRAN. Quando denunciei esses fatos sobre o Judiciário, disse que havia Juízes e Promotores envolvidos com o tráfico de drogas, alguns Deputados disseram que eu estava louco, que estava acusando pessoas de bem. Mas os fatos são documentalmente provados. O Juiz de Neves, por exemplo, tem um irmão traficante, e o processo está arquivado nesta Casa.

Então, gostaria que V. Exa. colocasse essas coisas, principalmente agora que o próprio Presidente da República pediu a abertura da "caixa-preta" do Judiciário. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.471, que cria cargos na estrutura orgânica das Secretarias dos Tribunais de Alçada e de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dinis Pinheiro opinou pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, gostaria de tornar público para toda a Casa um acordo realizado em relação a essa matéria. Fazemos o registro em nome do Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho. Acho que esse acordo não é o desejável, mas realizamos o que foi possível. Esse acordo se deu numa reunião com o Presidente do Tribunal, com participação do Governo, representado pelos Secretários Danilo de Castro e Antônio Anastasia. Por esse acordo, estabeleceu-se que, assim que decidíssemos essa matéria, seria encaminhado pelo Tribunal de Justiça um novo projeto a esta Casa, segundo o qual a instalação das Câmaras do Tribunal de Alçada seria feita por etapas: uma até o final do primeiro semestre, em junho; uma outra etapa no final do segundo semestre; e a Secretaria no ano que vem.

Nesse acordo ficou entendido que o projeto que dará entrada nesta Casa terá total celeridade no que o Regimento permitir, garantindo-se que, em 30, 40 dias, teremos essa matéria aprovada.

Há um gargalo muito grande de trabalho no Tribunal de Alçada, com acúmulo de processos, fruto da Constituição Federal de 1988. A sensibilidade dos cidadãos e cidadãs para acompanharem e para ajuizarem ações cresceu muito, e só essas Câmaras permitiriam que o Tribunal se ampliasse, resolvendo esse gargalo.

Disse no início que poderíamos ter derrubado o veto e feito um acordo paralelo para que a instalação das Câmaras fosse nesse mesmo prazo e graduação. Diante da fogueira das vaidades, não vamos discutir se há pessoas querendo demonstrar primazia, controle no processo. O momento não é disso, mas de se garantir agilidade na prestação jurisdicional. Isso interessa aos cidadãos e cidadãs.

Também registramos aqui que vamos votar com o acordo, mas acredito que se essa matéria fosse à votação, várias bancadas e vários Deputados, individualmente, que sabem da importância do Tribunal de Alçada, teriam compromisso de votar pela derrubada do veto.

Não interessa agora um confronto com a base do Governo ou entre a Oposição e o Governo. A Oposição não teve consenso nessa matéria, assim como o Governo também não estava tendo consenso.

Na próxima semana, será dada a entrada desse projeto do Tribunal de Alçada. Vamos imediatamente conversar com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Sebastião Navarro Vieira, para que essa Comissão se reúna rapidamente. Logo em seguida, vamos requerer uma reunião conjunta das Comissões de Administração Pública e Fiscalização Financeira. Em 15 dias esse projeto poderá ser apreciado no 1º turno, com total garantia do cumprimento por parte do Governo Aécio Neves.

Faremos esse acordo, deixando claro que será cumprido, porque estão envolvidos os Três Poderes e o Estado. Acho que temos de garantir essa celeridade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Leonídio Bouças.

O Deputado Leonídio Bouças* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assistimos com grande tranqüilidade o acordo feito para esperarmos um outro projeto a ser elaborado pelo Tribunal de Alçada e a ser encaminhado pelo Tribunal de Justiça a esta Casa. Mas assistimos esse acordo também com certa preocupação, já que o Tribunal de Alçada se encontra com quase 10 mil processos represados e está tendo dificuldades em atender à demanda da população mineira que procura a justiça.

Vejo até com mais preocupação, apesar desse acordo, e questiono o porquê de estarmos fazendo um acordo para um outro projeto, já que poderíamos ter mediado o processo de implantação das novas Câmaras do Tribunal de Alçada.

Estivemos com o Presidente do Tribunal de Alçada, que concordou em fazer a implantação por etapas das novas Câmaras desse Tribunal.

Já que o acordo foi feito, os Deputados, juntamente com o Governador, haverão de cumpri-lo, para que a população receba um serviço mais rápido da justiça. Afinal, os Três Poderes estão envolvidos nessa questão.

Vamos votar no acordo, mas externando nossa preocupação com a questão do Tribunal de Alçada.

O Sr. Presidente - A Presidência vai dar início à votação e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - André Quintão - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Durval Ângelo - Fahim Sawan - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 43 Deputados; votaram "não" 5 Deputados, totalizando 48 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.471. Oficie-se ao Governador do Estado.

Questão de Ordem

O Deputado Wanderley Ávila - Como V. Exa. pode verificar, não há mais quórum para a votação da matéria constante na pauta, motivo por que solicito que encerre, de plano, a reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 28ª reunião ordinária, EM 29/4/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Maria Coeli Simões Pires para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Roberto Rezende para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Francisco Pedalino Costa para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Fernando de Campos Sasso para o cargo de Presidente da Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - ADEMG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Inácio Luiz Gomes de Barros para o cargo de Diretor-Geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 35/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dá nova redação ao "caput" e ao § 1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7/4/2000, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidade ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 71/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 73/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que disciplina a inclusão de serviços não solicitados pelos clientes nas faturas mensais expedidas pelas operadoras de cartões de crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário-Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 29/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 2/2003, do Deputado Célio Moreira; e os Projetos de Lei nºs 69/2003, da Deputada Maria José Haueisen; 96/2003, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 296/2003, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 370/2003, do Deputado Doutor Ronaldo; 441, 457 e 458/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 29/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 28/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 450 e 510/2003, da Comissão de Constituição e Justiça; 461/2003, do Deputado Pastor George; 480/2003, do Deputado Doutor Viana; 484 a 503/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 30/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 30/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 445/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 30/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 104 e 105/2003, da Deputada Lúcia Pacífico.

Finalidade: ouvir diversos convidados para obter esclarecimentos sobre a liquidação dos Consórcios Uniauto e Liderauto, a requerimento do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, item XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléa para as 9 e as 20 horas do dia 29 de abril de 2003, destinadas, a primeira, à apreciação das indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes da Sra. Maria Coeli Simões Pires para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG - e do Sr. Roberto Rezende para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM; e, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 35/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dá nova redação ao "caput" e ao § 1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7/4/2000, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações; 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidade ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista; 71/2003, da Deputada Maria José Hauelsen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes; 73/2003, da Deputada Maria José Hauelsen, que disciplina a inclusão de serviços não solicitados pelos clientes nas faturas mensais expedidas pelas operadoras de cartões de crédito; e 306/2003, da Mesa da Assembléa, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário-Adjunto de Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação da matéria constante da pauta da primeira, acrescida das indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes dos Srs. Francisco Pedalino Costa para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial; Fernando de Campos Sasso para o cargo de Presidente da ADEMG; Inácio Luiz Gomes de Barros para o cargo de Diretor-Geral da Loteria do Estado de Minas Gerais; Ivan Alves Soares para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Telecomunicações - DETEL; Néelson de Andrade Reis para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP; Luiz Antônio Chaves para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER; e Wallen Alexandre Medrado para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de abril de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

Edital de convocação

7ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléa

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rêmolo Aloise, Adelmo Carneiro Leão, Dilzon Melo, Antônio Andrade, Luiz Fernando Faria e Pastor George, membros da Mesa da Assembléa, para a reunião a ser realizada em 30/4/2003, às 10 horas, no Salão Oficial.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléa, 28 de abril de 2003.

Mauri Torres, Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Marília Campos e Ana Maria, e os Deputados, André Quintão e Pinduca Ferreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2003, às 8 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 25/2003, do Deputado Jayro Lessa; votar o Requerimento nº 444/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e ouvir convidados a fim de se obter esclarecimentos sobre a fusão dos trabalhos nas áreas de ação social e de esportes na Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes e de todos os programas relativos à infância e à juventude desenvolvidos no âmbito federal, a requerimento dos Deputados Leonardo Moreira e Ana Maria.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2003.

Célio Moreira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Bonifácio Mourão, Ermanno Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2003, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Resolução nºs 108, 112, 109 e 111/2003, do Deputado Durval Ângelo; os Projetos de Lei nºs 269, 244 e 254/2003, do Deputado Paulo Piau; o Projeto de Lei Complementar nº 4/2003, e os Projetos de Lei nºs 286, 289 e 293/2003 do Deputado Dinis Pinheiro; 89/2003, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 119/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 136, 145, 146/2003, do Deputado Carlos Pimenta; 156 e 160/2003, do Deputado Rogério Correia; 166/2003, do Deputado João Leite; 176/2003, do Deputado Ricardo Durate; 185 e 186/2003, do Deputado Weliton Prado; 212/2003, do Deputado José Milton; 224/2003, da Deputada Marília Campos; 304/2003, da Deputada Ana Maria; e 283/2003, do Deputado Sargento Rodrigues.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Chico Simões, Gil Pereira, Irani Barbosa, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para Turno Único da Mensagem nº 291/2002, do Governador do Estado, e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 23/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, e 79/2003, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, e de se discutirem e votarem proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 abril de 2003.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Fábio Avelar, Marília Campos e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2003, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2003.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 30/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Jayro Lessa, Maria Tereza Lara e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/4/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2003.

Antônio Genaro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Olinto Godinho e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/4/2003, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir o Sr. Edson Paschoallini Gazolla, Delegado Regional do Município de Ubá, e de apreciar a matéria constante na pauta.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elmiro Nascimento, Biel Rocha, Leonídio Bouças e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/5/2003, às 15 horas, no Plenarinho I, com a finalidade de ouvir, a pedido do Deputado José Henrique, o Sr. Wilson Brumer, Secretário de Desenvolvimento Econômico, que fará uma explanação sobre os planos para a política de indústria e comércio no Estado.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2003.

José Henrique, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elmiro Nascimento, Biel Rocha, Leonídio Bouças e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2003, às 15 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de debater, atendendo a requerimento do Deputado José Milton com emenda do Deputado Biel Rocha, a grave situação em que se encontra o conjunto histórico e artístico de Ouro Preto, bem como ouvir representante da UNESCO sobre relatório que está sendo elaborado a partir da vistoria realizada para avaliar as condições de preservação da cidade.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2003.

José Henrique, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de União de Minas. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação

repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais Credenciado: Carmelo Antônio Muzzi. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais Credenciada: Maria Ângela Moura. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

ERRATA

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 24/4/2003

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 26/4/2003, na pág. 32, col. 2, sob o título "Designação de Comissões", onde se lê:

"Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome do Sr. Marcos Wellington de Castro Tito para o Cargo de Diretor-Geral da JUCEMG", leia-se:

"Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome do Sr. Marcos Wellington de Castro Tito para o Cargo de Presidente da JUCEMG".